UNIFENAS
Universidade José do Rosário Vellano
Reconhecida pela Portaria do MEC n.º 605 de 13/12/88
Publicada no D.O.U. em 15/12/88

Este documento sem validade para divulgação, não tem valor legal.

CURSO: DIREITO		CAMPUS: CAMPO BELO	
SEMESTRE: 2	ANO: 2022	C/H: 67	AULAS: 80

DISCIPLINA: **INTRODUCAO AO DIREITO PENAL**

PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:
Definir a ciência Direito penal, delinear todo campo de atuação, discutir evolução das Leis e normas e sua utilidade na sociedade.
Interpretar as Leis e normas jurídicas, de forma sistêmica
Analisar, interpretar e concluir sobre qual norma se aplica em casa caso real eis que o conflito de normas é algo que ocorre no cotidiano.

EMENTA: Direito Penal: conceito, caracteres, classificação e fontes. Ciência penais e auxiliares. Princípios fundamentais. Interpretação e aplicação da lei penal. Princípio da legalidade. Eficácia da lei penal no tempo e no espaço. Teoria do crime. Fato típico. Erro de tipo. Antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de pessoas.

METODOLOGIA:								
	Exposição Dialogada:	SIM	X	NÃO	Estudo de caso:	SIM	X	NÃO
	Trabalho de grupo:	SIM	X	NÃO	Seminário:	SIM	X	NÃO
	Debate:	SIM	X	NÃO	Painel:	SIM		NÃO X
	TBL:	SIM		NÃO X	Fórum/Chat:	SIM	X	NÃO
	PBL:	SIM		NÃO X	PBLe:	SIM		NÃO X
	Aula invertida:	SIM	X	NÃO	Tempestade Cerebral (Brainstorming))	SIM		NÃO X
	Mapa Conceitual:	SIM	X	NÃO	Dramatização/ Role Play	SIM		NÃO X

RECURSOS AUXILIARES:								
	Computador:	SIM	X	NÃO	AVA*:	SIM	X	NÃO
	Vídeos:	SIM	X	NÃO	Atividades clínicas:	SIM		NÃO X
	Projetor Multimídia :	SIM	X	NÃO	Lousa:	SIM	X	NÃO
	Álbuns Seriados:	SIM		NÃO X	Internet:	SIM	X	NÃO
	Slides:	SIM		NÃO X	Laboratório:	SIM		NÃO X
	Manequins:	SIM		NÃO X	Vídeo conferência:	SIM		NÃO X
	Lousa Eletrônica:	SIM		NÃO X	Prancheta Digitalizadora:	SIM		NÃO X

*Ambiente Virtual de Aprendizagem

AVALIAÇÃO:								
	Discursiva:	SIM	X	NÃO	Prática:	SIM		NÃO X
	Múltipla escolha:	SIM	X	NÃO	Trabalhos de pesquisa:	SIM	X	NÃO
	Oral:	SIM		NÃO X				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bitencourt, Cezar Roberto. ***Tratado de direito penal, v. 1 - parte geral.*** 25. ed. São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2018. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788553610037 Disponível em: . Acesso em: 04 de Agosto de 2020.
Mirabete, Júlio Fabbrini. ***Manual de direito penal - parte geral - artigos 1º a 120 do CP.*** 33ed. ed. São Paulo - SP - Brasil: Atlas, 2018.
Capez, Fernando. ***Curso de direito penal, v. 1 - parte geral.*** 22. ed. São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2017. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788547229566 Disponível em: . Acesso em: 04 de Agosto de 2020.
Greco, Rogério. ***Curso de direito penal - parte geral.*** 20 ed. ed. Niterói - RJ - Brasil: Impetus, 2018.
REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PENAL E POLÍTICA.. Porto Alegre RS: UFRGS, 2013-. ISSN 2358-1956.*versão online.* Disponível em: https://seer.ufrgs.br/redppc/issue/archive. Acesso em: 4 ago. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Greco, Rogério. ***Código penal comentado.*** 13. ed. Niterói - RJ - Brasil: Impetus, 2019.
Jesus, Damásio Evangelista de. ***Direito penal - parte geral.*** 35. ed. São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2014.
Fiorini Netto, Santos. ***Direito penal - parte geral.*** : Virtual books, 2016.
Galvão, Fernando. ***Direito penal - crimes contra a pessoa.*** São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2013. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788502181830 Disponível em: . Acesso em: 04 de Agosto de 2020.
Capez, Fernando. ***Código Penal comentado.*** 7. ed. : Saraiva Educação, 2016. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788547209285 Disponível em: . Acesso em: 04 de Agosto de 2020.
REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PENAL E POLÍTICA. Porto Alegre RS: UFRGS, 2013-. ISSN 2358-1956.*versão online.* Disponível em: https://seer.ufrgs.br/redppc/about/editorialTeam. Acesso em: 4 ago. 2020.

UNIFENAS
Universidade José do Rosário Vellano
Reconhecida pela Portaria do MEC n.º 605 de 13/12/88
Publicada no D.O.U. em 15/12/88

Este documento só tem validade para divulgação, não tem valor legal.

SEMESTRE: 2	ANO: 2022	C/H: 67	AULAS: 80
CURSO: DIREITO		CAMPUS: CAMPO BELO	
DISCIPLINA: **INTRODUCAO AO DIREITO PENAL**			

PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

CONTEÚDOS

1.INTRODUÇÃO
1.1. DIREITO PENAL - CONCEITO
1.2.DENOMINAÇÃO
1.3. FINALIDADE DO DIREITO PENAL
1.4.POSIÇÃO ENCICLOPÉDICA
1.5.DIREITO PENAL OBJETIVO E SUBJETIVO
1.6. DIREITO PENAL COMUM E ESPECIAL
1.7.DIREITO PENAL SUBSTANTIVO E ADJETIVO
1.8.DIREITO INTERNACIONAL PENAL E DIREITO PENAL INTERNACIONAL
1.9.BEM JURÍDICO PENAL
1.10.CARACTERES DO DIREITO PENAL
1.11.CIÊNCIAS JURÍDICAS FUNDAMENTAIS
1.12.OUTROS RAMOS DA CIÊNCIA JURÍDICA
1.13.CRIMINOLOGIA
2.PRINCÍPIOS
2.1.PRINCÍPIO DA LEGALIDADE
2.2.PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE
2.3.PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL
2.4.PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE
2.5.PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA
2.6.PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA
2.7.PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE
2.8.PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA
2.9.PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
2.10.PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL
2.11.PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA OU BAGATELA
2.12.PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA
2.13.PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
2.14.PRINCÍPIO DA ALTERIDADE OU TRANSCENDENTALIDADE
2.15.PRINCÍPIO NON BIS IN IDEM
3.ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO PENAL
3.1.ASPECTOS HISTÓRICOS
3.2.DIREITO PENAL POSITIVO BRASILEIRO
4.ESCOLAS PENAIS
4.1.ESCOLAS PENAIS
5.FONTES DO DIREITO PENAL
5.1.FONTE MATERIAL
5.2.FONTES FORMAIS OU DE CONHECIMENTO
5.3.DOUTRINA
5.4.JURISPRUDÊNCIA
5.5.COSTUME
5.6.PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO
5.7.ANALOGIA
5.8.EQUIDADE
6.CONCEITOS IMPORTANTES
6.1.CRIME E CONTRAVENÇÃO
6.2.SUJEITOS DO CRIME
6.3.OBJETO E INSTRUMENTO DO CRIME
6.4.DENOMINAÇÃO DO CRIME
7.HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL
7.1.HERMENÊUTICA
7.2.INTERPRETAÇÃO QUANTO AO SUJEITO QUE A ELABORA
7.3.INTERPRETAÇÃO QUANTO AOS MEIOS EMPREGADOS
7.4.INTERPRETAÇÃO QUANTO AO RESULTADO
7.5.INTERPRETAÇÃO - A DÚVIDA QUANTO A VONTADE DA LEI
8.LEI PENAL NO TEMPO
8.1.IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL
8.2.ULTRATIVIDADE OU ULTRA-ATIVIDADE DA LEI PENAL.
8.3.RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA
8.4.HIPÓTESES DE CONFLITOS DE NORMAS
8.5.LEI INTERMEDIÁRIA
8.6.COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DAS NORMAS
8.7.VACÂNCIA DA LEI – VACATIO LEGIS
8.8.VACATIO LEGIS INDIRETA

9.LEIS EXCEPCIONAIS OU TEMPORÁRIAS
10.TEMPO DO CRIME
10.1.TEMPO DO CRIME - TEORIA DA ATIVIDADE
10.2.TEMPO DO CRIME - TEORIA DO RESULTADO
10.3.TEMPO DE CRIME - TEORIA MISTA
10.4.CRIMES PERMANENTES
10.5.EXCEÇÃO
11.LEI PENAL NO ESPAÇO
11.1.TERRITORIALIDADE
11.2.EXTRATERRITORIALIDADE
11.3.GENOCÍDIO
11.4.NO BRASIL
11.5.EXTRADIÇÃO
11.6.DEPORTAÇÃO E EXPULSÃO
12.LUGAR DO CRIME
12.1.LUGAR DO CRIME - TEORIA DA ATIVIDADE
12.2.LUGAR DO CRIME - TEORIA DO RESULTADO
12.3.LUGAR DO CRIME - TEORIA DA UBIQUIDADE OU MISTA
12.4.LUGAR DO CRIME - DIFERENÇA COM O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
13.PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO
14.EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA
14.1.COMPETÊNCIA PARA HOMOLOGAÇÃO
15.PRAZO NO CÓDIGO PENAL
16.FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS
17.REGRAS PREVISTAS NA PARTE GERAL
18.TEORIA DA NORMA PENAL
18.1.ESPÉCIES DE NORMAS PENAIS
18.1.1.NORMA PENAL INCRIMINADORA
18.1.2.NORMA PENAL NÃO INCRIMINADORA
18.1.3.NORMA PENAL EM BRANCO
18.1.4.NORMA PENAL INCOMPLETA
18.2.ANOMIA E ANTINOMIA
18.3.CONFLITO APARENTE DE NORMAS
18.3.1.PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE
18.3.2.O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE
18.3.3.PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO OU ABSORÇÃO
18.3.4.O PRINCÍPIO DA ALTERNATIVIDADE
19.CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DOS CRIMES
20.TEORIA DO DELITO – CONCEITOS DE CRIME
20.1.CRIME - CONCEITO LEGAL
20.2.CRIME - CONCEITO MATERIAL
20.3.CRIME - CONCEITO FORMAL
20.4.CRIME - CONCEITO ANALÍTICO
21.CONDUTA
21.1.CONDUTA - BREVE NOÇÃO
21.2.CONDUTA - CARACTERÍSTICAS
21.3.AUSÊNCIA DE CONDUTA
21.3.1.AUSÊNCIA DE CONDUTA - ESPÉCIES
21.4.FORMAS DE CONDUTA
21.5.CONDUTA OMISSIVA
21.5.1.PRÓPRIA OU PURA
21.5.2.OMISSÃO IMPRÓPRIA
21.5.3.OMISSÃO IMPRÓPRIA CULPOSA
22.DOLO
22.1.DOLO - TEORIAS
22.2.DOLO - ELEMENTOS
22.3.DOLO - ESPÉCIES
22.4.DOLO GENÉRICO E ESPECÍFICO
22.5.DOLO - AUSÊNCIA POR ERRO DE TIPO
23.CULPA EM SENTIDO ESTRITO
23.1.CULPA EM SENTIDO ESTRITO - ELEMENTOS
23.1.1.CONDUTA VOLUNTÁRIA
23.1.2.INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE CUIDADO
23.1.3.RESULTADO LESIVO INDESEJADO
23.1.4.PREVISIBILIDADE OBJETIVA
23.1.5.TIPICIDADE
23.1.6.NEXO CAUSAL
23.2.TIPOS ABERTOS
23.3.CULPA - COMPENSAÇÃO DAS CULPAS
23.4.CULPA - COMO SABER SE HÁ CRIME CULPOSO?
23.5.CULPA PRÓPRIA E CULPA IMPROPRIA
24.RESULTADO
25.NEXO CAUSAL
26.TIPICIDADE
26.1.TIPICIDADE - FUNÇÃO
26.2.TIPICIDADE - ELEMENTOS
26.2.1.OBJETIVOS OU OBJETIVOS DESCRITIVOS
26.2.2.OBJETIVOS NORMATIVOS OU NORMATIVOS

Este documento só tem validade para divulgação, não tem valor legal.

26.2.3.ELEMENTO SUBJETIVO
26.2.4.ELEMENTO SUBJETIVO ESPECIAL DO TIPO
26.3.TIPICIDADE - ADEQUAÇÃO TÍPICA
26.3.1.TIPICIDADE CONGLOBANTE
26.4.TIPICIDADE - CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS
27.CRIME CONSUMADO E CRIME TENTADO
27.1.ITER CRIMINIS
27.2.FASES OU ETAPAS DO “ITER CRIMINIS”
27.3.TENTATIVA - CONCEITO
27.4.TENTATIVA - FORMAS OU ESPÉCIES
27.4.1.TENTATIVA PERFEITA
27.4.2.TENTATIVA IMPERFEITA
27.4.3.DIFERENÇA
27.5.TENTATIVA - PUNIBILIDADE
28.DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA
29.ARREPENDIMENTO EFICAZ
30.ARREPENDIMENTO POSTERIOR
31.CRIME IMPOSSÍVEL
32.ERRO DE TIPO
32.1.ERRO ESSENCIAL
32.2.ERRO ACIDENTAL
32.2.1.ERRO SOBRE O OBJETO “ERROR IN OBJETO”
32.2.2.ERRO SOBRE A PESSOA – “ERROR IN PERSONA”
32.2.3.ERRO NA EXECUÇÃO “ABERRATIO ICTUS”
32.2.4.RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO “ABERRATIO CRIMINIS”
32.3.ERRO DETERMINADO POR TERCEIRO
33.CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO
34.ILICITUDE
35.EXCLUDENTES DE ILICITUDE
35.1.ESTADO DE NECESSIDADE
35.2.LEGÍTIMA DEFESA
35.3.REQUISITOS
35.3.1.DIFERENÇAS ENTRE LEGÍTIMA DEFESA E ESTADO DE NECESSIDADE
35.3.2.LEGÍTIMA DEFESA E ERRO NA EXECUÇÃO
35.3.3.OFENDÍCULOS
35.4.ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL
35.5.EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO
36.EXCESSOS
37.DESCRIMINANTES PUTATIVAS
38.CULPABILIDADE EM SENTIDO AMPLO
38.1.1.TEORIAS
38.2.CULPABILIDADE EM SENTIDO AMPLO - ELEMENTOS
38.2.1.IMPUTABILIDADE
38.2.2.POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE
38.2.3.EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA
39.EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE
39.1.DOENÇA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO
39.2.MENORIDADE
39.3.EMBRIAGUEZ COMPLETA POR CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR
39.4.ERRO DE PROIBIÇÃO
39.5.COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL (EXCLUI O ELEMENTO EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA)
39.6.OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA
40.CAUSAS SUPRALEGAIS DE EXCLUSÃO DE CULPABILIDADE
40.1.EXCESSO EXCULPANTE
40.2.INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.
41.OUTRAS DISPOSIÇÕES
41.1.EMBRIAGUEZ CULPOSA, VOLUNTÁRIA, PREORDENADA E PATOLÓGICA.
41.2.ACTIO LIBERA IN CAUSA
41.3.COAÇÃO FÍSICA IRRESISTÍVEL E COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL - DIFERENÇA
41.4.EMOÇÃO E PAIXÃO
41.5.CAPACIDADE DIMINUÍDA
41.5.1.SEMI-IMPUTÁVEL
41.5.2.EMBRIAGUEZ - DIMINUIÇÃO DA PENA
42.CONCURSO DE PESSOAS
42.1.CONCURSO DE PESSOAS - TEORIAS
42.2.CONCURSO DE PESSOAS - MODALIDADES
42.3.AUTORIA - TEORIAS
42.4.AUTORIA - MODALIDADES
42.5.CONCURSO DE PESSOAS - REQUISITOS
42.6.PARTICIPAÇÃO
42.7.CONCURSO DE PESSOAS - OS DELITOS PODEM SER
42.8.COAUTORIA EM CRIME CULPOSO
43.PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA
44.COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DIVERSA
45.CIRCUNSTÂNCIAS INCOMUNICÁVEIS
46.CASOS DE IMPUNIBILIDADE

Este documento só tem validade para divulgação, não tem valor legal.